

Ata da 9ª Sessão Ordinária, do 3º Período Legislativo, da 3ª Sessão Legislativa, da 3ª Legislatura da Câmara Municipal de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso.

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 2007, reuniram-se na Câmara Municipal de Feliz Natal os Vereadores: Antoninha Leuci de Oliveira, Aníbal Alves Vilela, Carlos Adelar Faganello, Gerson Antonio, Ilton Provenzi, Luis Carlos de Melo, Pascoalina Grassioto, Rita de Cássia Moretti Liutti e Valdecir Rodrigues Garcia, sob a Presidência do Vereador Valdecir Rodrigues Garcia, que declarou: "De acordo com a Constituição Federal, Constituição Estadual e a Lei Orgânica de nosso Município e sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos". Em seguida o Presidente colocou em discussão a Ata da Sessão anterior e por não haver nenhuma observação, o Presidente colocou a mesma em votação, sendo aprovada por todos. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura das correspondências recebidas desde a última Sessão. Após, o Presidente deixou a Tribuna à disposição dos Vereadores, momento onde pronunciou-se o Vereador Gerson Antonio cumprimentando a todos os presentes, convidando-os a retomar sempre e dizendo a eles que façam sugestões para que os Vereadores levem essas sugestões e cobranças ao Executivo em busca do desenvolvimento do Município. Aproveita para falar a respeito da reunião marcada pelo Comandante Dantas, onde questiona o horário da mesma, que está marcada para a segunda-feira próxima, às dezenove e trinta horas, porém a Sessão Ordinária dos Vereadores é às vinte horas. Por isso sugere que seja alterado horário, ou a data desta reunião, pois os Vereadores têm interesse de participar desta reunião que é para discutir assuntos de grande relevância para o Município. Esclarece aos companheiros Vereadores que, nesta viagem a Cuiabá, que os Vereadores farão no seguinte, não poderá acompanhá-los em função de um compromisso que assumiu em Lucas do Rio Verde, na

terça-feira e quarta-feira com o Conselho de Educação do Município, onde acontecerá um encontro com os Conselheiros de Educação e a viagem já estava programada, por isso fica difícil se ausentar para acompanhar os Vereadores. Comenta que protocolou dois projetos de lei, de sua autoria, projetos estes que, até certo ponto são polêmicos, diante disso solicita à Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento que analise com bastante cuidado e carinho os projetos, pois se tratam de projetos que vão gratificar pessoas que trabalharam e outras que trabalham por Feliz Natal. Comenta que, no ano passado entrou com este projeto, porém, após conversação, o retirou de pauta, pois provavelmente ele seria reprovado, mas afirma que este ano não o tirará de pauta e gostaria que fosse analisado com muita cautela e cuidado, principalmente porque um dos projetos trata de um personagem que realmente fez alguma coisa pelo Mato Grosso, por Feliz Natal e também pelo Brasil, pois não gostaria de ver novamente seu projeto sendo reprovado. Na seqüência fez uso da palavra o Vereador Luis Carlos de Melo novamente perguntando ao Vereador Carlos Faganello a respeito do caminhão de lixo, pois está sendo cobrado pela população e deve uma resposta a eles. Logo após se pronunciou o Vereador Ilton Provenzi aproveitando a presença da Sra. Lúcia Helena, responsável pela Divisão de Esporte do Município para elogiar o trabalho desempenhado no Campeonato que terminou no último final de semana, onde tudo transcorreu muito bem e realmente houve transparência neste Campeonato. Aos alunos e também professores do EJA que se fazem presentes na Sessão, os convida para se inscreverem, se for de seu interesse, para colocarem como se sentem, se estão satisfeitos e qual seu objetivo com o estudo, pois é importante a opinião para Vereadores. Comenta que a Câmara é transparente e que ninguém é melhor do que ninguém, pelo contrário, são todos iguais com o compromisso de trabalhar em prol da comunidade e os convida a retomar sempre, pois sempre há novas discussões e o trabalho vai se aprimorando. Com relação aos projetos do Vereador Gerson, afirma que eles são muito

polêmicos realmente, mas tem certeza de que esta pessoa a quem um dos projetos cita e faz uma homenagem póstuma é mesmo muito importante para Feliz Natal, porém coloca que ela poderia ser homenageada com alguma outra placa, ou outra obra, pois será um grande transtorno trocar um nome de uma Avenida. Assegura que isso trará uma grande polêmica, iniciando-se na própria Câmara, na hora da discussão do projeto e depois o transtorno que ocorrerá na sociedade, pros moradores onde o projeto irá atingir. Diante disso, espera também que a Comissão analise bem os projetos e os Vereadores, com consciência, aprovarão ou não os referidos projetos. Na seqüência se pronunciou o Vereador Carlos Faganello esclarecendo ao Vereador Luis, que, em conversa com o Prefeito o mesmo lhe informou que o caminhão de lixo está em reforma, porém ele estava em estado muito ruim, e devido a isto a demora para a reforma terminar. Mas coloca que agora a reforma está em fase terminal e acredita que em poucos dias teremos este veículo trabalhando em prol da população. Quanto aos trabalhos da Comissão coloca que ela tem a função de analisar a legalidade dos projetos, e para isso contam com a ajuda do assessor jurídico. Porém em plenário, pensa que o trabalho da Comissão não deve interferir, não há necessidade para isso. Afirma que todos os projetos que a Comissão analisou, sempre foram avaliados com muito carinho, sempre procurando fazer o melhor possível, e continuará dessa forma, com certeza. Logo após a Vereadora Pascoalina Grassioto se pronunciou lembrando que faz parte desta Comissão e que se o projeto estiver legal, não há motivos para que a Comissão o reprove. Falando especificamente do projeto que altera o nome da avenida principal, coloca que seria interessante conversar com os moradores e comerciantes espalhados por essa avenida para ver qual suas opiniões a esse respeito. Acredita que Feliz Natal deve muito a essa pessoa, que acolheu nosso Município como a um filho e pensa que de alguma forma ela deve ser homenageada. Então, os Vereadores estão aí para trabalhar e vamos ver o que irá acontecer. Aproveita para dar os parabéns ao

Armazém Debastiani que está incentivando os agricultores e valorizando a agricultura do Município. Na sequência fez uso da palavra o Vereador Valdecir Rodrigues Garcia relatando que no próximo dia uma grande parte dos Vereadores, juntamente com o Prefeito e o Vice-Prefeito estarão indo à Cuiabá, onde estarão assinando o Convênio para asfaltamento de um trecho da MT -225, que liga Feliz Natal a Vera, acredita que possa sair em torno de vinte quilômetros de asfalto, além da ponte de concreto. Agradece a presença de todos que prestigiam esta reunião, e os convida a retomar sempre. Comenta que uma aluna o procurou para falar com relação aos ventiladores, nas salas de aula, afirma que já conversou com o Prefeito a esse respeito e o mesmo disse que pensaria no assunto com carinho e logo daria uma resposta. Dando prosseguimento, o Presidente convidou para fazer uso da palavra a Sra. Lúcia Helena, responsável pela Divisão de Esportes do Município de Feliz Natal, que relatou que veio fazer alguns esclarecimentos sobre questões abordadas na última Sessão Ordinária. Com relação aos WO que ocorreram no JOFEN, onde foi colocado que os jogos foram antecipados, motivo por ter ocorrido vários WO, afirma que procurou os responsáveis pela organização da arbitragem, onde foi comprovado que não houve essa irregularidade. Ainda sobre o WO, afirma que o Artigo 56 ampara qualquer atleta ou equipe para que recorra, em até doze horas após o jogo, e ressalta que se alguém quiser cópia do regulamento, é só procurá-la, que está a disposição. Comenta que foi um transtorno no campeonato municipal a questão dos WO, mas que há um documento assinado por todas as equipes que participaram do campeonato onde consta a penalidade de suspensão por um ano para todas as equipes que ocorrer WO. Quanto ao fato das penalidades estarem sendo excessivas, assegura que nenhuma atitude é tomada isolada, o regulamento é consultado e as decisões são tomadas em conjunto pelas pessoas que fazem parte da organização. Coloca que se algum Vereador quiser tirar qualquer dúvida com relação ao funcionamento do Esporte do Município, afirma estar a disposição. Também coloca-se a disposição

para mostrar aos Vereadores o cronograma do ano com relação ao Esporte. Em seguida retomou à Tribuna o Vereador Carlos Faganello que pediu desculpas em público, pois foi um dos Vereadores que levantou a questão sobre os WO que ocorreram no campeonato Municipal. Afirma que procurou dirigentes de equipes para se informar a respeito e aproveita para, agradecer sua presença, em que trouxe essas explicações em Plenário. Comenta também como o esporte no Município melhorou, pois praticamente acabaram as discussões em campo entre jogadores e juízes. Enfim, agradece, pois a disciplina foi implantada no esporte em nosso Município. Na seqüência a Vereadora Pascoalina Grassioto comentou que a situação do vereador é complicada, pois ele fica entre o jogador e o prefeito, contudo tomou conhecimento de que os dirigentes de equipe assinaram um documento, onde prova que eles estavam de acordo com as regras do campeonato e as pessoas que foram punidas terão de pagar pelos seus erros. Agradece também a explanação da Sra. Lúcia Helena, pois acredita que não restaram dúvidas a esse respeito. Logo após o Vereador Ilton Provenzi comentou sobre a importância da transparência no setor público, pois é ela que deixa o cidadão satisfeito, seja em qual for o setor público do Município. Por isso agradece pelo esclarecimento das dúvidas e coloca-se a disposição, se for preciso. Em seguida o Vereador Valdecir Rodrigues Garcia perguntou a Sra. Lúcia Helena de no caso de punição, quem deve fazer a justificativa, o jogador ou o dirigente de equipe. Respondendo, ela colocou que a Comissão faz reuniões com os dirigentes de equipes, onde são prestados todos os esclarecimentos. Afirma que o dirigente de equipe é aconselhado a fazer, ao menos uma reunião com os atletas de sua equipe para expor o regulamento a eles. Comenta que tanto o atleta punido quanto o dirigente de equipe não devem se dirigir ao Departamento de Esporte, mas sim devem prestar o esclarecimento a organização, juntamente com a documentação. Logo após o Vereador Valdecir perguntou também a ela se esse tempo de doze horas para recorrer a alguma punição não é muito curto, até em

função de que, no último JOFEN, houveram setecentos e sessenta atletas inscritos. Respondendo, ela colocou que a Comissão chamada de CCO trabalha praticamente vinte e quatro horas, então afirma que há como recorrer nesse período de tempo, mas esse tempo pode ser revisto pelos membros organizadores, que são os responsáveis por essas questões para um próximo evento. Com relação à agressão física a punição já é estipulada em dois anos de suspensão e agressão verbal são seis meses. Com relação aos dois atletas onde há polêmica, que foram punidos por um ano de suspensão em função de WO relata que os próprios dirigentes de equipe assinaram o termo de suspensão e afirma que eles mesmos disseram que esses atletas não irão participar. Comenta que os nomes deles foram citados em reunião e foi decidido que se haverá punição, os dois serão punidos igualmente. Relata que um deles estava a menos de dez metros do local, mas não cabe a Comissão chamá-lo para assinar o documento, ou algo parecido, mas sim caberia a ele chegar à beira da quadra e comunicar que estava ali a serviço. Quanto ao outro, comenta que ele chegou cerca de duas horas após a realização do jogo. Em ambos os casos caberia ao dirigente da equipe agir rapidamente, pois se houve punição ela foi aplicada dentro da lei que os próprios dirigentes de equipes aprovaram. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da Tribuna, o Presidente passou a ordem do dia solicitando ao 1º Secretário que informasse o Quorum presente, informando o mesmo que havia nove vereadores presentes. Na seqüência o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Municipal nº 014/2007, que autoriza realizar a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro e dá outras providências. Após a leitura, o Presidente despachou o Projeto de Lei Municipal nº 014/2007 à Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento. Na seqüência o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Municipal nº 015/2007, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2008 e dá

outras providências. Após a leitura, o Presidente despachou o Projeto de Lei Municipal nº 015/2007 à Comissão de Justiça, Redação; Finanças e Orçamento. Na seqüência o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Legislativa nº 006/2007, que prorroga no âmbito do Município de Feliz Natal – MT, o prazo de licença-maternidade das servidoras públicas Municipais e dá outras providências. De autoria do Vereador Gerson Antonio. Após a leitura, o Presidente despachou o Projeto de Lei Legislativo nº 006/2007 à Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento. Dando continuidade o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Legislativo nº 007/2007, que altera nome de Avenida que menciona e dá outras providências. De autoria do Vereador Gerson Antonio. Após a leitura, o Presidente despachou o Projeto de Lei Legislativo nº 007/2007 à Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento. Prosseguindo o Presidente solicitou ao 1º Secretário que efetuasse a leitura do Projeto de Lei Legislativo nº 005/2007, que disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros investidos em cargos de provimento em comissão, função gratificada e contratos temporários no âmbito da administração pública direta e indireta do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso. De autoria do Vereador Aníbal Alves Vilela. Em seguida o Presidente solicitou ao 1º que efetuasse a leitura da ata da Comissão de Justiça, Redação, Finanças e Orçamento. Logo após, colocou o referido Projeto em discussão, fazendo uso da palavra a Vereadora Rita de Cássia M. Liutti relatando que acredita um ótimo que este é projeto, não que o nosso Prefeito tenha algum parente próximo trabalhando em sua gestão, mas estaria-se prevenindo para que no futuro não viesse a acontecer isso. Comenta que não sabe se isso já aconteceu anteriormente, talvez se fosse averiguado tudo acabaria-se descobrindo alguma coisa, mas não tem como provar nada. Pelo fato de se estar fazendo essa prevenção, manifesta seu voto favorável ao projeto. Em seguida se pronunciou o Vereador Carlos Faganello parabenizando o

autor do projeto pela iniciativa, que é um bom projeto e a Comissão não tinha motivos para reprová-lo, uma vez que ele vem de encontro com os anseios não apenas dos munícipes de Feliz Natal, mas também de todo o povo brasileiro, uma vez que se vê tanto falar na televisão das pessoas que tem cargos de confiança. Relata que esse projeto ampara as pessoas que estão concursadas, as quais não perdem seus direitos de trabalho. Acredita que este projeto é bem completo e parabeniza o autor pelo mesmo. Na seqüência se pronunciou o Vereador Luis Carlos Melo que manifestou seu voto favorável por se tratar de um projeto de grande relevância dentro de nosso Município e seria muito importante se essa Lei existisse em todos os Municípios do nosso Brasil. Espera que esta Lei, após aprovada, seja respeitada pelo Executivo. Dando continuidade fez uso da palavra o Vereador Ilton Provenzi comentando obre os horrores que se vê na televisão a esse respeito. Por isso acha muito importante, já que nosso Município ainda é novo, começar as coisas de forma correta para que, não venham a acontecer essas barbaridades aqui futuramente. Diante do exposto, afirma que seu voto será favorável à aprovação do projeto. Prosseguindo se pronunciou o autor do projeto, Vereador Aníbal Alves Vilela agradecendo desde já aos Vereadores que se manifestaram a favor de seu projeto. Comenta que seu projeto fala sobre a contratação de parentes não apenas do prefeito, mas também do vice-prefeito e dos secretários de primeiro e segundo escalão e também dos vereadores. A questão da troca de favores também está bem especificada no projeto, assim como a questão de contratar parentes de proprietários de empresas públicas. Diante disso, afirma que a lei foi muito bem elaborada e ela só vem a ajudar os munícipes. Aproveita para deixar claro que a intenção com a criação desta lei não é visando este ou aquele funcionário, mas sim visando uma necessidade do Município. Coloca isso para que nenhum funcionário pense que está sendo perseguido por sua pessoa, mas sim, pois visa o bem estar dos munícipes, até porque a administração do atual prefeito termina no final do próximo ano e assumirá outro prefeito, mas a lei continuará. Na

seqüência fez uso da palavra o Vereador Gerson Antonio relatando que tem duas preocupações com relação ao projeto de lei do vereador Aníbal Alves Vilela. A primeira delas é referente ao artigo 1º do projeto, onde diz, no parágrafo primeiro que "A vedação de nomeação, designação e contratação de que cuida esse artigo, apanhará o parentesco em relação as seguintes autoridades, agentes públicos e políticos", e depois, com relação a isso, no artigo 5º diz "são vedadas ainda a contratação e manutenção de contrato de prestação de serviço com empresa que tenha entre seus empregados, cônjuges, companheiros ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até terceiro grau, daqueles mencionados no § 1º, incisos I a IV, do artigo 1º desta lei". Coloca que sua preocupação se dá, pois o nepotismo existe em várias cidades no Brasil a fora, principalmente no Nordeste brasileiro e é preciso tomar providências. Nos grandes centros onde existe nepotismo as autoridades precisam tomar providências também, porém onde o nepotismo não está acontecendo não é necessário acumular mais papel que não tenha utilidade, mas a hora que existir aí sim é a hora de resolver esse tipo de problema. Relata que em nosso Município a contratação é feita através de concurso público e estamos agora no terceiro mandato no Município, e assegura que não foi praticado nepotismo, pois, se tivesse ocorrido, a Câmara de Vereadores, naquela época teria tomado algum tipo de providência. Coloca da sua preocupação quando o Poder Público necessitar fazer algum contrato com alguma empresa, pois no artigo consta que a empresa não poderá ter em seu quadro empregados, cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, nem do prefeito, nem do vice-prefeito e nem de algum vereador, diante disso coloca que fica difícil aprovar uma lei para resolver um problema que não existe em nosso Município e ainda estar causando outros problemas. Afirma ser contra nepotismo aonde ele existe. Pelos motivos expostos, manifesta-se contrário a este projeto de lei, neste período da história de nosso Município. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, o Projeto de Lei

Legislativo nº 005/2007 foi colocado em 1ª votação, sendo aprovado por seis votos, tendo dois votos contrários, sendo eles dos Vereadores Gerson Antonio e Antoninha Leuci de Oliveira. Prosseguindo o Presidente convidou o 1º Secretário para fazer a leitura da Indicação nº 013/2007, que indica ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Senhor Manuel Messias Sales no sentido de construir um abatedouro municipal. De autoria do Vereador Luis Carlos de Melo. Após a leitura, o Presidente colocou a Indicação nº 013/2007 em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Luis Carlos de Melo solicitando o apoio dos vereadores para aprovação da matéria, proposição essa que já foi aprovada no ano anterior, mas que infelizmente o Prefeito não conseguir concluir e, diante disso, faz esse reforço agora com vistas a dar mais valor aos pequenos produtores, que tem grande dificuldade para vender seus produtos por não conseguir produzir em grande escala. Nesse caso específico, os pequenos produtores não conseguem vender a carne dos poucos gados que criam, pois o mercado não pode comprar essa carne uma vez que ela não está dentro das normas legais. Afirma que, se esta indicação for atendida, o Município estará favorecendo os pequenos produtores, cuja classe afirma que está meio abandonada, e justifica dizendo que ultimamente vem acontecendo cursos, mas não acha certo que eles aconteçam dentro da cidade. Afirma que não te nada contra a pessoa que trabalha na EMPAER, porém acredita que esses cursos deveriam acontecer perto do pequeno produtor. Coloca que são cursos de pastagens, como produzir queijo, etc. aproveita para falar ao responsável, Sr. Álisson que, da próxima vez possa direcionar esses cursos ao Assentamento, ou outras localidades que trabalham com pequenas produções rurais. Solicita o apoio dos Vereadores e pede que o Prefeito pense com carinho nessa proposição e coloca de se buscar recursos fora do Município para que consigamos implantar esse abatedouro, dessa forma oferecendo mias oportunidades aos pequenos produtores. Em seguida o Presidente Valdecir Rodrigues Garcia informou ao Vereador Luis que o Sr. Álisson, técnico da EMPAER trás

os cursos ao Município, e os destina, tanto que já foram ministrados vários cursos no Assentamento e na próxima semana iniciará outro curso no Assentamento. Porém, os locais onde os cursos são destinados variam, pois não se pode destinar todos os cursos só num local e também temos moradores da cidade que tem interesse de realizar esses cursos. Retomando a Tribuna, o Vereador Luis colocou que dentro da cidade é impossível alguém querer participar de um curso de pastagem, por exemplo, pois os cursos que aconteceram no Assentamento foram poucos, pensa que em cada dez cursos que aconteceram aqui na cidade, aconteceram apenas dois no Assentamento. Não concorda com o Presidente defender o Sr. Álison, pois pensa que esses cursos deve ser realizados onde realmente o pessoal trabalha com esse tipo de produto. Na seqüência se pronunciou o Vereador Carlos Faganello colocando-se contrário à Indicação, e se justifica dizendo que vê o abatedouro comunitário como um problema. Relata que temos o Código de Vigilância Sanitária que é muito exigente e os mercados, onde há mão-de-obra quase que profissionalizada para fazer o abatimento também é proibido de abater. Pensa que a questão de abatedouro de animais é muito complicada, o próprio Ministério da Saúde proibiria, pois ele passaria por uma inspeção rigorosa. Acredita que deveria haver alguma participação do Sindicato dos Trabalhadores, algo assim, pois, pensa que o Poder Executivo não teria como estar gerenciando esse abatedouro, que não seria algo fácil de se fazer. Retomando à Tribuna o Vereador Luis Carlos de Melo colocando que um dos objetivos com essa matéria é justamente evitar esse tipo de problema que vem acontecendo, pois esse abatedouro deveria funcionar dentro das normas da Vigilância Sanitária, evitando assim o que vem acontecendo de pessoas que abatem o animal no meio da pastagem, de forma irregular. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, a Indicação n° 013/2007 foi colocado em votação, sendo aprovado por seis votos, tendo dois votos contrários, sendo eles dos Vereadores Carlos Adelar Faganello e Antoninha Leuci de Oliveira. Em seguida o

Presidente convidou o 1º Secretário para fazer a leitura da Indicação nº 032/2007, que indica ao Excelentíssimo Prefeito Municipal, Senhor Manuel Messias Sales no sentido de ampliar todo o sistema de iluminação pública de nossa cidade De autoria da Bancada PSDB, PFL e PP. Após a leitura, o Presidente colocou a Indicação nº 032/2007 em discussão, fazendo uso da palavra o Vereador Gerson Antonio que relatou que optaram por esta proposição tendo em vista que todos nós pagamos a taxa de iluminação pública, porém alguns pontos da cidade são mais movimentados e populosos, contudo tem menos iluminação de que em alguns setores. Também tem a preocupação com a Avenida Perimetral Norte, o Bairro Bela Vista e preferiram não operar aqueles pontos aonde é necessária a ampliação, até por conta de que o Executivo tem em seu quadro de servidores profissionais que podem estar fazendo isso. Relata que o seu intuito é aprovar essa proposição para o Prefeito para ter mais força para cobrar e melhorar todo o sistema de iluminação pública de nossa cidade para poder dar a quem está fazendo a sua contribuição da iluminação pública, um destino certo para seu recurso. Esse é sei intuito, e para isso pede o apoio dos demais vereadores para estarmos com mais essa empreitada junto ao prefeito municipal. Na seqüência se pronunciou o Vereador Ilton Provenzi manifestando seu apoio à Indicação, pois é um sonho da população ver esse problema resolvido, pois essa já é uma luta de muito tempo, onde todos os vereadores têm o mesmo objetivo de melhorar todo o sistema de iluminação pública, que é precário em diversos lugares. Espera que seja incluída nessa indicação a Rua Uruguai, que é um caos. Pensa que deve-se iniciar esse trabalho nos pontos em que a prioridade é maior. Comenta que cerca de sessenta por cento das pessoas que pagam essa taxa não usufruem desse serviço, por isso espera que o prefeito atenda realmente a indicação e, dessa forma, a população terá o merecido sistema de iluminação pública. Na seqüência se pronunciou o Vereador Luis Carlos de Melo concordando com as palavras do Vereador Ilton, do problema que é a falta de iluminação na Rua Uruguai, que dificulta

muito à volta dos alunos da escola, no período noturno, por exemplo. Por isso pede ao prefeito que cobre de quem é responsável, se é o colonizador, que ele seja cobrado para fazer o rebaixamento da rede, pois é preciso fazer acontecer às coisas em nosso Município, pois já faz dois anos que estão fazendo essa cobrança, mas nada acontece. Logo após fez uso da palavra o Vereador Aníbal Alves Vilela que comentou que também já protocolou matérias requerendo melhoramentos na iluminação pública. Coloca que existem locais em que a rede precisa ser rebaixada e outros que é preciso fazer a extensão da rede, como é o caso da rua onde mora, onde entrou com um requerimento solicitando a ampliação da rede, a medição já foi feita e acredita que em pouco tempo será feita a instalação da extensão em cerca de cem metros. Mas existem ainda muitos outros lugares onde é necessária a ampliação de rede. Pelo exposto afirma ser favorável a indicação. E por não haver mais ninguém interessado em fazer uso da palavra, a Indicação n° 032/2007 foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. E por não haver mais nada a constar na ordem do dia o Presidente encerrou a Sessão, e Eu lavrei a presente Ata que após lida e aprovada vai assinada por mim, pelo Presidente e demais Vereadores.